

# Deus Caritas est Encíclica Deus é amor

*A acção da Igreja tem de ser independente de ideologias, e esse aspecto é mesmo «o essencial» (DCE 33). Isso não é por as ideologias serem por natureza más, mas porque o amor de Deus é melhor.*

**E**ste seminário, usando como pretexto a próxima visita do Papa, trata de alguns aspectos da obra de Bento XVI nos primeiros cinco anos do seu pontificado. Isso é uma excelente iniciativa, mas é bom tomar consciência que aquele que Portugal vai receber dentro de dias, não é a personalidade de Joseph Ratzinger/Bento XVI. Quem vem aí é o 264º sucessor de Pedro. Mas qual é o interesse dessa sucessão? Quem vem aí é o 265º vigário de Cristo na Terra. Este é ponto crucial.

Mesmo sem terem disso total consciência, é isto mesmo que pensam todos os que o louvem e todos os que o atacam. Os cristãos gostam de sublinhar a grande capacidade intelectual, a obra majestosa do Papa, como este seminário manifestou. Os críticos, pelo seu lado, gostam de atacar as suas *gaffes*, as posições supostamente intolerantes. Mas o que está em causa sempre, para uns e para outros, é a presença de Cristo neste mundo. É Ele que, através daquele que o representa, é louvado ou admirado.

Nós, cristãos, vamos atrás de Bento XVI como íamos atrás do seu antecessor e iremos atrás do seu sucessor. Os inimigos perseguem-no sem o ouvirem, como perseguiram os seus antecessores e sucessores. Por vezes ouvimos vozes lamentar as críticas que, tão frequentemente, nem sequer se dão ao trabalho de ouvir ou ler o Papa. Mas é essa precisamente a questão. Eles não precisam de ouvir, porque já sabem que rejeitam Cristo. Como nós vemos Aquele que seguimos na vida naquele que aclamamos nas ruas.

Assim, ao mergulhar no profundo pensamento de Ratzinger/Bento XVI, é bom lembrar que estamos a passar ao lado do que realmente interessa. Quem vem aí não é Ratzinger, nem sequer é Bento XVI. Quem vem aí é o Papa.

## 1. ENCÍCLICA INAUGURAL

O tema que me foi entregue é a encíclica inaugural do pontificado, *Deus Caritas Est* (DCE) de 25 de Dezembro de 2005. Foi em 1740, com Bento XIV, que começou esta ideia de escrever uma encíclica programática no início do pontificado. Desde então temos 18 dessas cartas (uma, a de Gregório XVI em 1831, é bula), tendo apenas falhado João Paulo I, por

ter falecido antes de a escrever.

Em geral estas encíclicas tratam apenas do programa do pontificado. Mas, olhando apenas para os subtítulos delas, vemos que algumas opções são muito curiosas e significativas. Leão XIII em 1878, na *Inscrutabili Dei Consilio*, escrevia «Sobre os males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios». Pio XI, em 1922 na *Ubi Arcano Dei Consilio*, falava sobre «a paz de Cristo no Reino de Cristo». João XXIII na *Ad Petri Cathedram* de 1958 escrevia sobre «conhecimento da verdade, restauração da unidade e da paz na caridade». Paulo VI na *Ecclesiam Suam* de 1963, em pleno Concílio, meditava sobre os caminhos da Igreja. Todos se lembram da genial *Redemptor Hominis* de João Paulo II em 1978, que ia na linha do seu «Não tenhais medo!» da missa inaugural.

Nesse quadro, Bento XVI escreveu uma encíclica peculiar. Começa logo por ser uma das mais demoradas, pois levou 250 dias a sair após a eleição (só três das 18 foram mais demoradas: *Ecclesiam Suam* de 1963, 412 dias, *Ubi Arcano Dei Consilio* de 1922, 320 dias e a *Inscrutable* de Pio VI em 1775, 313 dias). Em segundo lugar foi publicada no dia de Natal, o que apenas tinha acontecido uma vez em 270 anos, com Pio VI em 1775.

Mas o mais estranho é o tema. Joseph Ratzinger foi quase 24 anos prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. O seu tema favorito, glosado em dezenas de textos e livros, é o das relações entre a fé e a razão. O que seria de esperar era que este grande teólogo escrevesse sobre a Fé. Em vez disso atreveu-se a inverter a ordem normal das virtudes teológicas e começou pela última, a Caridade.

## 2. O TEMA: DEUS CARITAS EST

Esta objecção realmente não faz sentido. Para compreender isso basta ler com atenção o título: *Deus caritas est. Deus é amor* não é uma encíclica sobre o amor. É uma encíclica sobre Deus. É verdade que o sub-título do texto é «sobre o amor cristão». Mas isso não tira nada ao facto de ser sobre Deus.

Aliás a meio da encíclica, no início da segunda parte, o Papa refere isso mesmo através de uma citação. «“Se vês a caridade, vês a Trindade” — escrevia Santo Agostinho [De Trinitate, VIII, 8, 12: CCL 50, 287]» (DCE 19). Assim de-

vemos dizer que a encíclica trata de Deus. Trata do amor e precisamente por isso, trata de Deus, porque Deus é amor.

Sendo um texto sobre a realidade de Deus, é por isso mesmo, também uma encíclica sobre a fé. Note-se como termina a grande secção teológica inicial: «Como vimos, a primeira novidade da fé bíblica consiste na imagem de Deus» (DCE nº 11). Isto significa que a conclusão da longa elaboração teológica da primeira metade não é sobre o amor, mas sobre a imagem de Deus, primeira novidade da fé bíblica. Ou melhor, é sobre o amor e, assim, é sobre a imagem de Deus.

Esta unidade profunda é um traço marcante da teologia de Joseph Ratzinger. Vale a pena notar que um fenómeno semelhante acontece na segunda encíclica *Spe salvi*, de 30 de Novembro de 2007, sobre a esperança cristã. O texto trata da segunda virtude teológica e dado o Papa ser um grande teólogo, talvez o maior do mundo nesta viragem do milénio, seria de esperar que ele começasse o texto com uma definição clara e cuidadosa de Esperança. De facto é isso mesmo que ele faz mas, de uma maneira surpreendente. Porque a forma escolhida para a definição da Esperança é misturá-la com o conceito de Fé dizendo mesmo que na Escritura é «possível intercambiar os termos “fé” e “esperança”» (*Spe Salvi*, nº 2). Isto acontece porque existe mesmo uma identidade profunda entre as três virtudes teológicas. No fim da nossa encíclica o Papa diz: «A fé, a esperança e a caridade caminham juntas» (DCE 39). Já S. Tiago mostrava a relação entre a Fé e o amor: «Tu tens a fé, e eu tenho as obras; mostra-me então a tua fé sem obras, que eu, pelas minhas obras, te mostrarei a minha fé. Tu crês que há um só Deus? Fazes bem. Também os demónios e tremem» (*Tg* 2, 18-19).

### 3. TRÊS ASPECTOS POLÍTICOS

A encíclica é bastante pequena, mais pequena que todas as de João Paulo II, exceptuando a *Slavorum Apostoli* de 1985, e bastante mais pequena que as duas seguintes de Bento XVI. Além disso tem uma estrutura linear em duas partes, uma inicial mais teórica e outra mais aplicada. No entanto, apesar de pequena e linear, a sua grande profundidade faz com que dela se possam tirar muitos temas e análises.

Dado estarmos num Instituto de Estudos Políticos, vou cen-

trar-me em três pequenos aspectos mais sócio-políticos da encíclica. Tratarei assim da relação da caridade com o tema político do momento (nºs 3-8), com a grande questão da política e do Estado (nºs 26-29) e com as ideologias (nºs 31 e 33). Naturalmente que muitas outras abordagens seriam possíveis, e vários outros aspectos directamente políticos mereciam atenção, mas limitarei estes breves comentários a estes três.

#### 3.1. A NATUREZA DO EROS

A questão mais dramática nas actuais relações entre Estado e Igreja é, sem dúvida, a questão da família e da vida. Desde

o Concílio, dos 67 documentos doutrinais da Congregação da Doutrina da Fé, 14 foram sobre isto; desde que Joseph Ratzinger entrou para a Congregação em 1981, dos 48 documentos doutrinais publicados, nove eram sobre temas relacionados com isto e desde que Ratzinger saiu, dos cinco publicados dois versaram o tema. João Paulo II dedicou-lhe a maior encíclica do seu Pontificado, e o maior documento da Igreja nas últimas décadas, a *Evangelium Vitae* de 25 de Março de 1995.

Nesse texto, o Papa fez mesmo o paralelo entre a questão operária da *Rerum Novarum* e os actuais ataques à vida, colocando-as a par: «Como há um século, oprimida nos seus direitos fundamentais era a classe operária, e a Igreja com grande coragem tomou a sua defesa, proclamando os sacrossantos direitos da pessoa do trabalhador, assim agora, quando outra categoria de pessoas é oprimida no direito fundamental à vida, a Igreja sente que deve, com igual coragem, dar voz a quem a não tem. O seu é sempre o grito evangélico em defesa dos pobres do mundo, de quantos estão ameaçados, desprezados e oprimidos nos seus direitos humanos.» (*Evangelium Vitae*, nº 5)

O Papa Bento XVI igualmente elaborou esse paralelo na *Caritas in Veritate* de 2009: «É preciso afirmar que hoje a questão social tornou-se radicalmente antropológica, enquanto toca o próprio modo não só de conceber mas também de manipular a vida, colocada cada vez mais nas mãos do homem pelas biotecnologias.» (*Caritas in Veritate*, nº 75)

Na sua encíclica inaugural *Deus Caritas Est*, Bento XVI parece não tocar nesses assuntos. Aliás, quando fala da “cultura da morte”, exemplifica, não com a família, mas com a droga:



## DOSSIER DEUS CARITAS EST

«À anti-cultura da morte, que se exprime por exemplo na droga, contrapõe-se deste modo o amor que não procura o próprio interesse, mas que, precisamente na disponibilidade a “perder-se a si mesmo” pelo outro (cf. Lc 17, 33 e paralelos), se revela como cultura da vida.» (DCE 30)

Apesar disso, as questões da defesa da vida e da família têm um tratamento amplo e muito relevante nesta encíclica, precisamente na parte teórica e especulativa da encíclica, os n.ºs 3-8 acerca dos conceitos de *eros* e *agape*. Isto significa que o Papa trata a questão familiar ao nível mais profundo possível, examinando a fundamentação nuclear da posição da Igreja e das críticas que recebe.

Para não haver dúvida que é disso que ele está a falar, diz isto logo no início dessa secção: «Ao amor entre homem e mulher, que não nasce da inteligência e da vontade mas de certa forma se impõe ao ser humano, a Grécia antiga deu o nome de *eros*.» (DCE 3)

Aqui aparece um contributo decisivo que o Cristianismo deu à questão, como admite o Papa. «A marginalização da palavra *eros*, juntamente com a nova visão do amor que se exprime através da palavra *agape*, denota sem dúvida, na novidade do cristianismo, algo de essencial e próprio relativamente à compreensão do amor. Na crítica ao cristianismo que se foi desenvolvendo com radicalismo crescente a partir do iluminismo, esta novidade foi avaliada de forma absolutamente negativa. Segundo Friedrich Nietzsche, o cristianismo teria dado veneno a beber ao *eros*, que, embora não tivesse morrido, daí teria recebido o impulso para degenerar em vício.» (DCE 3)

O Papa contesta explicitamente esta distorção da visão da Igreja. Começa por afirmar que o *eros*, sendo força poderosíssima, tem de ser controlado: «A fé cristã sempre considerou o homem como um ser uni-dual, em que espírito e matéria se compenetraram mutuamente, experimentando ambos precisamente desta forma uma nova nobreza. Sim, o *eros* quer-nos elevar “em êxtase” para o Divino, conduzir-nos para além de nós próprios, mas por isso mesmo requer um caminho de ascese, renúncias, purificações e saneamentos.» (DCE 5)

Deste modo a solução cristã passa, não pela prisão do *eros*, mas da apoteose do amor, nas suas várias dimensões. Isso implica um equilíbrio entre *eros* e *agape* ou seja entre amor ascendente, ambicioso e o amor descendente, oblativo (DCE 7). A solução é, portanto, a união dos dois amores:

«O “amor” é uma única realidade, embora com distintas dimensões; caso a caso, pode uma ou outra dimensão sobressair mais. Mas, quando as duas dimensões se separam completamente uma da outra, surge uma caricatura ou, de qualquer modo, uma forma redutiva do amor.» (DCE 8)

O autor chega ao limite de falar de *eros* de Deus, o amor carnal da divindade: «O *eros* de Deus pelo homem — como



dissemos — é ao mesmo tempo totalmente *agape*.» (DCE )

Para não haver dúvidas que se está a referir à questão da vida, a encíclica fala em seguida da natureza do homem: «Como vimos, a primeira novidade da fé bíblica consiste na imagem de Deus; a segunda, essencialmente ligada a ela, encontramos-na na imagem do homem.» (DCE 11). Fala de Adão e Eva, relaciona a conclusão com a imagem de Deus, e continua: «Na base desta narração, é possível entrever concepções semelhantes às que aparecem, por exemplo, no mito referido por Platão, segundo o qual o homem originariamente era esférico, porque completo em si mesmo e auto-suficiente. Mas, como punição pela sua soberba, foi dividido ao meio por Zeus, de tal modo que agora sempre anseia pela outra sua metade e caminha para ela a fim de reencontrar a sua globalidade.» (DCE 11)

Esta ideia muito bela de Platão da complementaridade dos sexos é assim directamente relacionada com a visão bíblica. Na conclusão chegamos finalmente à questão da defesa da vida e da família, mas no seu sentido mais profundo. «Aqui há dois aspectos importantes: primeiro, o *eros* está de certo modo enraizado na própria natureza do homem; Adão anda à procura e “deixa o pai e a mãe” para encontrar a mulher; só no seu conjunto é que representam a totalidade humana, tornam-se “uma só carne”. Não menos importante é o segundo aspecto: numa orientação baseada na criação, o *eros*

*A questão mais dramática nas actuais relações entre Estado e Igreja é, sem dúvida, a questão da família e da vida*



*Foi a fé cristã que elevou a sexualidade, e consequentemente o ser humano, à civilização. A revolução sexual que hoje por aí se apregoa é simplesmente o regresso ao paganismo*

Foi a fé cristã que elevou a sexualidade, e consequentemente o ser humano, à civilização. A revolução sexual que hoje por aí se apregoa é simplesmente o regresso ao paganismo. O esforço de profundas reformas legais neste campo a que se assiste constitui, simplesmente, um regresso às práticas sexuais da cultura greco-romana. Onde, além da homossexualidade, a pedofilia era comum.

### 3.2. A MINI CARITAS IN VERITATE

Uma das obras mais impressionantes do papa Bento XVI nos primeiros cinco anos do seu pontificado foi a apresentação de uma fundamentação original de toda doutrina social da Igreja, na sua encíclica *Caritas in veritate* de 29 de Junho de 2009. O feito é tanto mais espantoso quanto vem a seguir a 118 anos de profunda reflexão, aliás cristalizada no Compendio de Doutrina Social da Igreja da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, apresentado cinco anos antes, a 29 de Junho de 2004.

É muito curioso encontrar, quase quatro anos antes, origens desta refundação na sua encíclica inaugural, onde faz uma análise da interacção entre «justiça» e «caridade», antecipando a grande síntese da *Caritas in veritate*.

O contexto é uma crítica à caridade da Igreja: «Desde o Oitocentos, vemos levantar-se contra a actividade caritativa da Igreja uma objecção, explanada depois com insistência sobretudo pelo pensamento marxista. Os pobres — diz-se — não teriam necessidade de obras de caridade, mas de justiça. As obras de caridade — as esmolas — seriam na realidade, para os ricos, uma forma de subtraírem-se à instauração da justiça e tranquilizarem a consciência, mantendo as suas posições e defraudando os pobres nos seus direitos.» (DCE 26)

Esta é, sem dúvida, a crítica mais profunda à acção social da Igreja, a segunda dos últimos séculos. Depois de milénios de admiração social generalizada pela acção social da Igreja (até por parte de perseguidores declarados, como o imperador Juliano, o apóstata, que esta encíclica refere duas vezes, precisamente por esta razão, nºs 24 e 31), os maçons e jacobinos vieram contestar a caridade da Igreja como hipócrita e ineficiente, preferindo a sua benemerência. Mas os marxistas aprofundaram a crítica e atacaram até a dita benemerência como contra-producente, atrasando a revolução.

Na busca de uma resposta a esta objecção, e depois de fazer uma breve história da Doutrina Social da Igreja, onde curiosamente omite a *Gaudium et Spes*, o contributo do Concílio onde participou, o Papa estabelece dois aspectos de partida:

«Para definir com maior cuidado a relação entre o necessário empenho em prol da justiça e o serviço da caridade, é preciso anotar duas situações de facto que são fundamentais.» (DCE 28)

impele o homem ao matrimónio, a uma ligação caracterizada pela unicidade e para sempre; deste modo, e somente assim, é que se realiza a sua finalidade íntima. À imagem do Deus monoteísta corresponde o matrimónio monogâmico. O matrimónio baseado num amor exclusivo e definitivo torna-se o ícone do relacionamento de Deus com o seu povo e, vice-versa, o modo de Deus amar torna-se a medida do amor humano. Esta estreita ligação entre eros e matrimónio na Bíblia quase não encontra paralelos literários fora da mesma. (DCE 11)

Este elemento histórico, a radical originalidade bíblica da relação entre sexo e casamento, é muito interessante e até surpreendente. Mas o aspecto decisivo é o ponto referido anteriormente, de entroncar o eros humano na própria natureza de Deus: «À imagem do Deus monoteísta corresponde o matrimónio monogâmico».

A conclusão desta análise tem de ser dupla. Primeiro, devemos notar que a luta política que vivemos nas nossas sociedades se relaciona com questões muito íntimas do ser humano, definitórias da própria natureza. Por outro lado, esta luta tem a ver com um dos contributos originais da fé cristã; a ligação estreita entre eros e matrimónio, que «quase não encontra paralelos literários fora da mesma». Costumo dizer isto de forma mais turbulenta: a única «revolução sexual» da história é a Epístola aos Coríntios.



## DOSSIER DEUS CARITAS EST

O primeiro elemento referido é a relação entre o Estado e a justiça. Nessa secção apresenta uma teoria básica da fundamentação do Estado, centrada no conceito de justiça: «A justiça é o objectivo e, consequentemente, também a medida intrínseca de toda a política. A política é mais do que uma simples técnica para a definição dos ordenamentos públicos: a sua origem e o seu objectivo estão precisamente na justiça, e esta é de natureza ética.» (DCE 28). Segue-se uma breve análise das relações entre Estado e religião e uma definição dos limites da Doutrina Social da Igreja.

O segundo elemento a considerar é a Caridade: «O amor — caritas — será sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor. Quem quer desfazer-se do amor, prepara-se para se desfazer do homem enquanto homem.» (DCE 28). Aqui surge um tratamento do princípio da subsidiariedade, determinando os limites do Estado.

Esta é a resposta profunda à objecção inicial: «A afirmação de que as estruturas justas tornariam supérfluas as obras de caridade esconde, de facto, uma concepção materialista do homem: o preconceito segundo o qual o homem viveria “só de pão” (Mt 4, 4; cf. Dt 8, 3) — convicção que humilha o homem e ignora precisamente aquilo que é mais especificamente humano.» (DCE 28)

Deste modo, o Papa define uma interacção essencial entre justiça e caridade, mostrando a necessidade de ambas e o efeito que uma tem sobre a outra. Aspecto muito curioso é a determinação onde aqueles dois elementos têm necessariamente de coexistir objectivamente: a acção dos fiéis leigos. O Papa afirma explicitamente que eles têm a necessidade de «trabalhar por uma ordem justa» (o primeiro elemento), mas devem fazê-lo sempre praticando a caridade.

«Entretanto, o dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade é próprio dos fiéis leigos. Estes, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública. Não podem, pois, abdicar “da múltipla e variada acção económica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum”. Por conseguinte, é missão dos fiéis leigos configurar rectamente a vida social, respeitando a sua legítima autonomia e cooperando, segundo a respectiva competência e sob própria responsabilidade, com os outros cidadãos. Embora as manifestações específicas da caridade eclesial nunca possam confundir-se com a actividade do Estado, no entanto a verdade é que a caridade deve animar a existência inteira dos fiéis leigos e, consequentemente, também a sua actividade política vivida como «caridade social.» (DCE 29)

Se substituirmos «justiça» por «verdade», um conceito muito mais rico e abrangente, teríamos já aqui a nova síntese que florescerá na terceira encíclica. Mas ainda seria

preciso esperar três anos e meio para chegar a essa síntese.

### 3.3. O ESSENCIAL DA ACÇÃO

O último ponto que refiro, e a última secção da encíclica, trata das “organizações caritativas da Igreja”, o caso à parte a que se referia a anterior citação: «Caso diverso são as organizações caritativas da Igreja, que constituem um seu *opus proprium*, um dever que lhe é congénito, no qual ela não se limita a colaborar colateralmente, mas actua como sujeito directamente responsável, realizando o que corresponde à sua natureza.» (DCE 29)

Dos muitos aspectos que se poderiam referir, o aspecto mais político é a questão das ideologias. Ao tratar «O perfil específico da actividade caritativa da Igreja» o Papa refere também duas constatações. A primeira tem a ver com a indispensável ligação da caridade da Igreja às necessidades concretas reais e imediatas das pessoas:

«Mas, então quais são os elementos constitutivos que formam a essência da caridade cristã e eclesial?

a) Segundo o modelo oferecido pela parábola do bom Samaritano, a caridade cristã é, em primeiro lugar, simplesmente a resposta àquilo que, numa determinada situação, constitui a necessidade imediata.» (DCE 31)

O terceiro elemento é a gratuidade e a recusa do proselitismo: «Além disso, a caridade não deve ser um meio em função daquilo que hoje é indicado como proselitismo. O amor é gratuito; não é realizado para alcançar outros fins.» (DCE 31)

Mas o segundo aspecto, que mais nos interessa, tem a ver com a independência: «A actividade caritativa cristã deve ser independente de partidos e ideologias. Não é um meio para mudar o mundo de maneira ideológica, nem está ao serviço de estratégias mundanas, mas é actualização aqui e agora daquele amor de que o homem sempre tem necessidade.» (DCE 33)

Adiante, ao tratar da acção dos colaboradores, afirma mesmo: «No que diz respeito aos colaboradores que realizam, a nível prático, o trabalho caritativo na Igreja, foi dito já o essencial: eles não se devem inspirar nas ideologias do melhoramento do mundo, mas deixarem-se guiar pela fé que actua pelo amor (cf. Gal 5, 6). Por isso, devem ser pessoas movidas antes de mais nada pelo amor de Cristo, pessoas cujo coração Cristo conquistou com o seu amor, nele despertando o amor ao próximo.» (DCE 33)

Assim, a acção da Igreja tem de ser independente de ideologias, e esse aspecto é mesmo «o essencial» (DCE 33). Isso não é por as ideologias serem por natureza más, mas porque o amor de Deus é melhor. «Por isso, devem ser pessoas movidas antes de mais nada pelo amor de Cristo, pessoas cujo coração Cristo conquistou com o seu amor, nele despertando o amor ao próximo. O critério inspirador da sua acção deveria ser a afirmação presente na II Carta aos Coríntios: “O amor de Cristo nos constrange” (5, 14). A consciência de que, n’Ele, o próprio Deus Se entregou por nós até à morte, deve induzir-nos a viver, não mais para nós mesmos, mas para Ele e, com Ele, para os outros. Quem ama Cristo, ama a Igreja e quer que esta seja cada vez mais expressão e instrumento do amor que d’Ele dimana.» (DCE 33)

Escolhi este aspecto porque se liga com algo que o Papa tem tratado longamente, e que se relaciona directamente

*Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e que usa como critério último apenas o próprio «eu» e os seus apetites*





com a acção do Instituto de Estudos Políticos. Na Via Sacra de 2005, a 25 de Março no Coliseu, a última de João Paulo II, o então cardeal falava assim das ideologias:

«Olhando a história mais recente, podemos também pensar como a cristandade, cansada da fé, abandonou o Senhor: as grandes ideologias, com a banalização do homem que já não crê em nada e se deixa simplesmente ir à deriva, construíram um novo paganismo, um paganismo pior que o antigo, o qual, desejoso de marginalizar definitivamente Deus, acabou por perder o homem. (...) Destruí o poder das ideologias, para os homens poderem reconhecer que estão permeadas de mentiras. Não permitais que o muro do materialismo se torne intransponível. Fazei que Vos ouçamos de novo.» (Via Sacra de 2005, a 25 de Março no Coliseu, a última de João Paulo II, sétima estação). No final da celebração chegou a ser mesmo violento na expressão: «Na putrefacção das ideologias, a nossa fé deveria ser de novo o perfume que reconduz às pegadas da vida.» (op. cit, décima quarta estação).

Vale a pena traçar brevemente a relação de Joseph Ratzinger com as ideologias, para compreender até que ponto esta «putrefacção» envenenou o nosso tempo.

Nas suas memórias, originalmente publicadas em 1997, o cardeal descreve com rigor o fim da tempestade ideológica que assombrou o mundo e a Igreja no período imediatamente anterior ao seu nascimento: «A I Guerra Mundial, com o seu rescaldo de milhões de mortos, com todos os horrores que a técnica, como instrumento de guerra, tinha tornado possível, trouxe a queda do dogma progressista liberal e, portanto, da própria concepção liberal do mundo. Foi precisamente com a ajuda das conquistas técnicas e científicas modernas que se chegou à destruição do homem e da sua dignidade, coisa que antes, não era de todo possível. Perante o trauma provocado por esta experiência as pessoas voltavam a olhar para o que já julgavam ultrapassado: a Igreja, a liturgia, o sacramento.» (Ratzinger, J. (2005) A minha vida, Livros do Brasil, p.52)

Depois, durante a sua infância e juventude, Joseph contemplou «as portas dos infernos» do horror ideológico nazi. No fim da guerra, este é o seu diagnóstico: «Apesar das muitas fragilidades humanas, a Igreja tinha sido o pólo de oposição à ideologia destruidora da ditadura nazi; tinha permanecido de pé no meio do Inferno, que até os poderosos engolira, graças à sua força proveniente da eternidade. Nós tínhamos a prova: as portas dos infernos não prevaleceram sobre ela. Sabíamos, por experiência directa, o que eram as portas dos infernos — e também podíamos ver, com os nossos olhos, que a casa construída sobre a rocha se mantivera firme» (op. cit., p.40). Um jovem que viu as portas do inferno aos 16 anos, não se amedronta perante nada. Este aspecto chega para explicar, não apenas a aversão de Ratzinger à «putrefacção das ideologias», mas a sua coragem e frontalidade perante elas.

O terceiro passo, que enfrentou em 1968 como professor em Tubinga, foi igualmente violento: «O existencialismo fragmentou-se e a revolução marxista espalhava-se pela universidade, sacudindo-a nos seus alicerces (...) Pude aperceber-me directamente do rosto cruel desta devoção ateia, o terror psicológico, a sanha com que se renunciava a qualquer reflexão moral, considerada um resíduo burguês,

*Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e que usa como critério último apenas o próprio «eu» e os seus apetites.»*

onde a questão era o fim ideológico. Tudo isto, por si só, é alarmante, mas torna-se um desafio inevitável para os teólogos quando a ideologia é sustentada em nome da fé e a Igreja é usada como seu instrumento.» (op. cit. p.97-98)

Assim chegamos à mais recente, que hoje confrontamos em pleno, a «ditadura do relativismo». Foi na missa de abertura do Conclave que o futuro Papa fez a famosa referência à «ditadura do relativismo». Este é o último texto que o cardeal Ratzinger apresentou ao mundo, e que por isso deve ser considerado um seu testamento espiritual. Ele estava certamente convencido que o novo Papa a iria dispensar e, depois de 24 anos em Roma, iria regressar à Baviera. Neste momento marcante, o seu diagnóstico revelou-se inesquecível:

«Quantos ventos de doutrina conhecemos nestes últimos decénios, quantas correntes ideológicas, quantos modos de pensamento... A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi não raro agitada por estas ondas — lançada dum extremo ao outro: do marxismo ao liberalismo, até ao ponto de chegar ao libertinismo; do colectivismo ao individualismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante.

Todos os dias nascem novas seitas e cumpre-se assim o que S. Paulo disse sobre o engano dos homens, sobre a astúcia que tende a induzir ao erro (cf. Ef 4, 14). Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, é frequentemente catalogado como fundamentalismo, ao passo que o relativismo, isto é, o deixar-se levar «ao sabor de qualquer vento de doutrina», aparece como a única atitude à altura dos tempos actuais.

Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e que usa como critério último apenas o próprio «eu» e os seus apetites.» (Homilia na missa na abertura do conclave, 18 de Abril de 2005)

Depois do «progressismo liberal», do «inferno nazi» e da «crueldade marxista», confrontamos hoje um novo tipo de ditadura doutrinal que não admite oposição no estabelecimento do seu relativismo moral. Não é preciso muito para descrever a violência de que ela vem revestida, quer nos ataques à vida e à família, quer na perversão da justiça e da caridade.

Esta breve história mostra bem como é antigo aquele confronto que hoje tanto nos surpreende. É nesse âmbito que se entende a encíclica inaugural de Bento XVI. Não para lamentar, responder ou avisar, mas para revelar que, perante este ataque, hoje como nos passos anteriores, está a Igreja, portadora do amor de Deus e do Deus que é amor.

«Toda a actividade da Igreja é manifestação dum amor que procura o bem integral do homem: procura a sua evangelização por meio da Palavra e dos Sacramentos, empreendimento este muitas vezes heróico nas suas realizações históricas; e procura a sua promoção nos vários âmbitos da vida e da actividade humana.» (DCE 19) ●